

Política social Praticamente todo o semiárido está sendo afetado

Na primeira seca do Bolsa Família, fome ainda assusta

Murillo Camarotto
De Cabrobó, Ouricuri e Trindade (PE)

“Juá não cai no seco.” Segundo os populares de Cabrobó, no sertão do São Francisco, em Pernambuco, a máxima é centenária e jamais havia sido desmentida até 2012, ano que promete ser lembrado nas próximas décadas com uma das secas mais severas já vistas no semiárido nordestino. Em abril deste ano, quando deveria estar chovendo, o pequeno fruto amarelado encontrou pela primeira vez o chão esturricado ao cair do juazeiro. A estiagem em curso também desafia a eficácia do Bolsa Família no combate à fome, uma ilustre conhecida que ainda assombra os sertanejos.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional, 769 municípios nordestinos estão oficialmente em estado de emergência. A maior parte está na Bahia, com 214 cidades, seguida pela Paraíba, com 172, e o Piauí, com 140. O número de pessoas afetadas está estimado em 12 milhões, praticamente toda a população do semiárido, onde a quantidade de chuva é, em média, 50% inferior à registrada em anos anteriores. O prejuízo para a economia do Nordeste, segundo o ministro Fernando Bezerra, poderá passar dos R\$ 12 bilhões.

Na região de Cabrobó, localizada no chamado “polígono da maconha”, a última chuva caiu no dia 19 de março, ainda assim em volume irrisório. Números do governo pernambucano apontam um recuo de 62% no nível de chuvas registradas nessa localidade entre janeiro e maio, se comparado ao mesmo período de 2011, que já foi considerado baixo. As águas normalmente caem entre janeiro e maio, em um regime com o qual o sertanejo já está habituado e consegue se planejar minimamente, complementando com agricultura o Bolsa Família, que se tornou a principal fonte de renda da maioria das famílias.

“No ano passado a gente plantou milho, feijão, abóbora, mandioca e até melancia. Em um ano normal, dá para o cabra comer”, explica o lavrador Belmiro Carvalho de Souza, que vive na comunidade Murici Novo, zona rural de Cabrobó. Com 67 anos de semiárido, ele diz jamais ter visto uma seca tão árdua. Como muitos outros no sertão pernambucano, seu Belmiro menciona a estiagem de 1993, quando o desespero da fome resultou em violência e saques. Ainda assim, garante que a aridez é maior neste ano. “A seca está um perigo, o açude está secando e para beber mesmo só a água do carro-pipa”, relata.

Apesar do menor volume de chuva, o veterano em secas diz que a vida melhorou no semiárido. Os programas de transferência de renda do governo federal, espe-

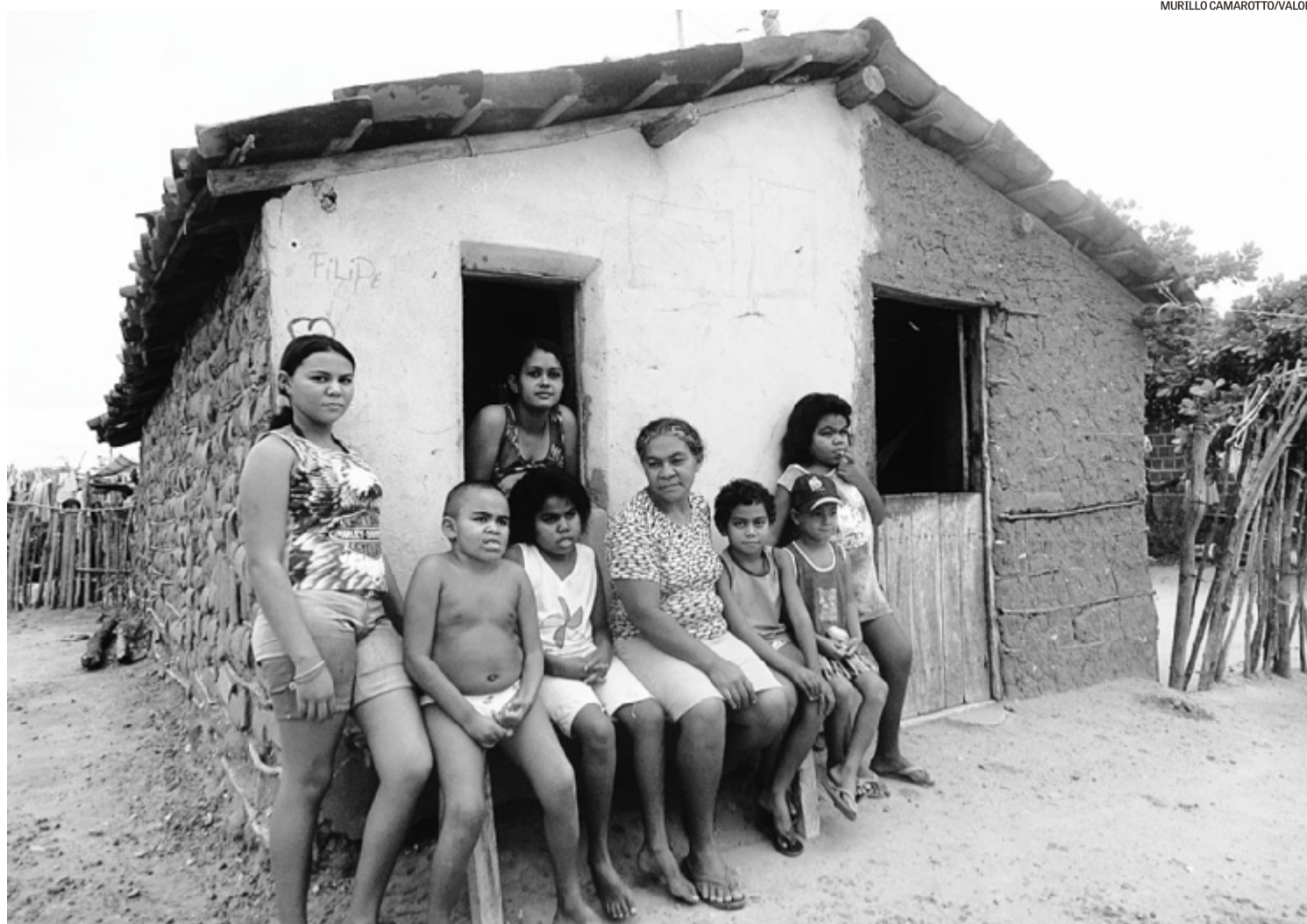
cialmente o Bolsa Família, tornaram menos aterrador o quadro típico da seca, com migrações em massa e pessoas morrendo de fome. Antes das bolsas, as alternativas de sobrevivência se resumiam à fabricação de carvão — na qual muitos sertanejos adoeeceram — e às chamadas emergências, em que as pessoas trabalhavam cavando poços em troca de cestas básicas.

“Comparando a seca deste ano com a de 1993, não há dúvida de que a atual é mais severa, porém com impacto menor sobre a vida das pessoas”, avalia Diolando Saraiva, técnico da ONG Caatinga, que dá assistência técnica a famílias pobres na região de Ouricuri, no sertão do Araripe, também em Pernambuco. Segundo ele, o dinheiro do Bolsa Família garante a alimentação de quase todos no semiárido. Quase, porque ainda há muita gente passando fome nos rincões do Nordeste, especialmente nas famílias mais numerosas.

É o caso de seu Belmiro, que gastou alguns minutos para contabilizar o número de bocas alimentadas diariamente em seus domínios. E não conseguiu. “Umás 24, mais ao menos”, disse o velho sertanejo, referindo-se à numerosa família, distribuída em três casas, cada uma com uma bolsa do governo. Ao todo, são R\$ 530 mensais para todo mundo, ou pouco mais de R\$ 22 por pessoa. “Isso quando não aparece um parente ou vizinho precisando de ajuda”, emendou Aurora Alves de Souza, esposa de Belmiro. “Às vezes não tem nem a bolacha, e tem gente que vai dormir com fome”, ela confessa.

Ainda no sertão do São Francisco, em uma minúscula casa de taipa no povoado de Cachoeirinha, a dona de casa Maria do Socorro da Silva vive drama semelhante. A seca devastou a pequena plantação de milho e o “comer” da família de nove pessoas ficaria por conta dos R\$ 268 do Bolsa Família, não fosse a aposentadoria por invalidez de uma das filhas, que tem uma doença mental. Muito encabulada, ela chamou de “sorte” o fato de receber o benefício. “Se não tivesse isso, a gente passava fome. Só a Bolsa Família não dava conta.”

Mesmo insuficiente para garantir a alimentação adequada de muitos, o programa é exaltado no semiárido. O incremento na renda é percebido nas casas sertanejas, ainda muito humildes, mas quase todas com eletrodomésticos. As motocicletas estão por toda parte, cortando as estradas de terra seca e deixando sem utilidade os jumentos, que ficam perambulando a esmo pelas rodovias. Outro sintoma é a enorme quantidade de lixo acumulado, mesmo nos povoados mais pobres. “Isso é reflexo do maior acesso a bens industrializados”, explica Eliel Torres, técnico do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).



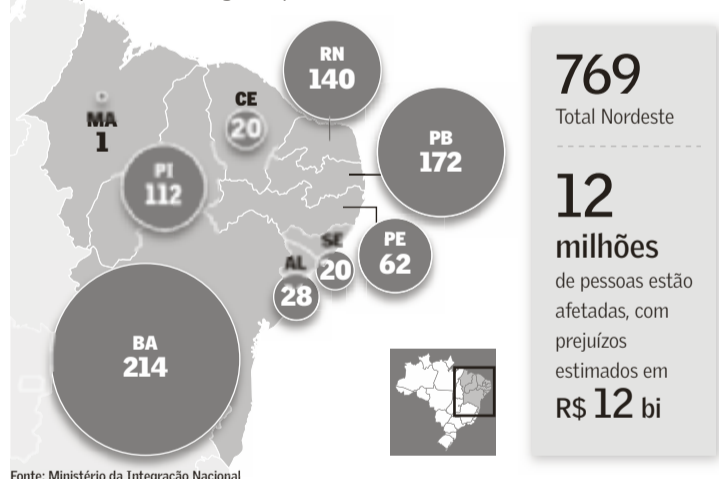
Maria do Socorro da Silva (quarta a partir da esquerda) tem a ajuda da aposentadoria de uma filha para sustentar a família: “Só a Bolsa Família não dava conta”



Belmiro de Souza: “A seca está um perigo, o açude está secando e para beber mesmo só a água do carro-pipa”

Situação de emergência

Municípios mais atingidos pela seca no Nordeste



Ele explica que a primeira grande seca do século XXI apresenta sertanejos mais atentos aos seus direitos. “Olhando para trás, percebemos agora que há também a fome de cidadania. O agricultor quer botar seu filho na escola, quer comprar uma roupa”, conta ele, que há anos acompanha as famílias pobres da zona rural de Cabrobó. “Antes, só comer já era lucro. Tinha situações em que não havia nem a farinha. O cara achava que aquela era sua sina. Agora é diferente”, completa.

Criado para expandir os efeitos

do Bolsa Família, o programa Brasil Sem Miséria está prestes a completar um ano, mas ainda engatinha no sertão de Pernambuco. A ONG Caatinga venceu a chamada pública para coordenar na região um dos braços do programa, chamado Fomento, pelo qual cada família identificada — com renda mensal inferior a R\$ 70 por pessoa — recebe R\$ 2,4 mil, em três parcelas, para investir na melhoria da atividade produtiva.

“Primeiro, fazemos um diagnóstico, para saber qual a atividade mais adequada. Pode ser cria-

ção de galinha, de caprinos, produção de hortaliças, entre outras. Depois, juntamos todos os membros da família e distribuímos as tarefas. Aí partimos para a implantação”, explicou o técnico da ONG. Depois dessa etapa é feito o acompanhamento, que vai do controle de pragas ao manejo dos resíduos. O programa, diz ele, ainda está na fase de diagnóstico.

Ontem, um grupo vinculado à Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), ocupou o Ministério da Fazenda até às 11 horas da manhã, reivindicando crédito e medidas para mitigar a seca. O ministério informou que vai analisar os pedidos e marcou para hoje uma reunião do grupo com o secretário-adjunto de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, João Rabelo. Além de medidas emergenciais, os manifestantes pedem mais recursos para a agricultura familiar, mais acesso a terras, reforma agrária, além de reestruturação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), explicou a coordenadora-geral da Fetraf-Brasil, Elisângela Araújo.

Leia amanhã mais uma reportagem da série sobre os impactos da seca

Políticos continuam a influir na vida do sertanejo

De Ouricuri e Cabrobó (PE)

A falta de chuva dizimou as pastagens em Bodocó, no sertão pernambucano, e o pecuarista José Hélio Sampaio decidiu vender o rebanho. Na semana passada, foi a uma feira de animais na vizinha Ouricuri, para ter noção dos preços que estavam sendo pagos pelos animais. Perguntado sobre o que faria depois de se desfazer das cerca de 200 cabeças, foi direto ao ponto: “Vou pegar o dinheiro e investir na política, tentar eleger o prefeito lá na nossa cidade.”

De acordo com Sampaio, a política fica muito mais cara em tempos de seca. “O povo, necessitado, pede mais ajuda e o candidato tem que desembolsar”, afirmou, sem rodeios. Assim como acontece com a fome, a indústria da seca perdeu força nos últimos anos, mas ainda está presente na vida dos sertanejos. Os programas sociais e a expansão do número de cisternas ajudaram a atenuar o uso político da água.

Isso não impede, porém, que Belmiro de Souza, de Cabrobó, lembre com emoção dos R\$ 700 “em dinheiro vivo” que recebeu das mãos de um político. “Ele nem pediu voto”, garantiu o sertanejo, antes de ser interrompido pela mulher: “Mas era época de eleição”, ela ponderou.

O coordenador da Articulação do Semiárido (ASA), Antonio Barbosa, diz não haver ocasião pior para uma seca do que ano de eleição municipal, como 2012. “Tem que haver uma campanha séria de conscientização, de que a água é um direito do cidadão”, alertou.

Enquanto a campanha não acontece, muitas pessoas ainda veem com naturalidade o tomalá-dá-cá da indústria da seca. Questionada sobre o assunto, a dona de casa Estelina Josefa da Silva, de Cabrobó, diz acreditar que “uma mão lava a outra”. A depender do alcance desta seca, talvez não haja água suficiente para que todas sejam lavadas. (MC)

“Água que é bom não chega”, diz vizinha da transposição

De Cabrobó e Custódia (PE)

Sem chuvas há mais de dois meses, apesar das nuvens carregadas típicas do mês de maio, o município de Cabrobó, em Pernambuco, é um dos mais castigados pela seca que assola o semiárido nordestino. Ironicamente, fica na cidade uma das partes mais importantes das obras transposição do rio São Francisco, tida como a redenção para os martírios da estiagem.

A casa de Estelina Josefa da Silva, uma senhora bem articulada, fica a pouco mais de 20 quilômetros de onde será captada a

água do Velho Chico. A dona de casa, contudo, não demonstra grande entusiasmo com o projeto. “A gente ouve falar, até porque um pessoal foi trabalhar pra lá, mas a água, que é bom, não chega”, queixou-se ela, que depende de carro pipa para beber água e tomar banho.

Em meio a uma série de percalços, o projeto avança em ritmo lento e é visto com desconfiança pelos sertanejos, até mesmo por aqueles que moram próximo das obras. De acordo com técnicos que acompanham as famílias do semiárido, a maior parte das pessoas da região se-

quer sabe da existência da transposição, que pelas projeções mais atualizadas não deve ficar pronta antes de 2015.

Enquanto isso, especialistas alertam para a necessidade de maiores investimentos em captação da água das chuvas, atividade que ainda é considerada incipiente. Dessa forma, eles argumentam, os sertanejos enfrentariam com menos transtornos os períodos de estiagem prolongada. “Água existe, o que falta é a captação e armazenagem”, reforça Diolando Santana, da ONG Caatinga.

“As pequenas ações espalha-

das podem ser mais eficientes do que as grandes intervenções”, recomenda Antonio Barbosa, coordenador da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), organização que reúne entidades que atuam na região que mais sofre com a seca no país.

Responsável pelo Projeto 1 Milhão de Cisternas, que no ano passado correu o risco de ser descontinuado pelo governo, a ASA propaga semiárido adentro a ideia de que a pulverização dos pequenos e médios reservatórios é mais eficiente do que a grande obra da transposição do São Francisco. “Na seca não dá

para trabalhar com média, com estatística. Tem que ser no micro”, analisa Barbosa.

A 250 quilômetros de Cabrobó, na cidade de Custódia, o canal por onde correrão as águas da transposição chegou às margens da BR-232, que liga o Recife ao interior pernambucano. Na beira da pista, sob um sol impiedoso, estava Claudio José Albino Bezerra, que deixou a função de servente de pedreiro para trabalhar no projeto, auxiliando as manobras dos caminhões.

Segundo ele, a frente de trabalho em Custódia ficou parada por oito meses até ser retomada,

em setembro do ano passado. Ainda assim, Bezerra está cético quanto ao benefício prometido aos moradores da cidade. “Aqui o povo está esperando a água chegar. Dizem que em 2014 chega, mas acho difícil”, opinou.

O Ministério da Integração Nacional informa que 11 dos 16 lotes do projeto estão com andamento considerado satisfatório e cinco estão paralisados, sendo três por conta de rescisões contratuais. Cerca de 4,5 mil pessoas trabalham atualmente na obra e a expectativa do governo é que esse número suba para 6,5 mil até o fim do ano. (MC)